

**Associação Nacional de História – ANPUH**  
**XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Profissionalização do magistério no contexto de difusão do ideário  
da Escola Nova (rio de janeiro:1920-1930)**

Libânia Nacif Xavier

A presente comunicação explora alguns aspectos das reformas educacionais promovida por expoentes da Escola Nova na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1920-30. Situadas no contexto de difusão do movimento da Escola Nova, tais Reformas apresentam os primeiros esforços de modernização do sistema de ensino da Prefeitura da antiga capital da República. Por seu turno, são coetâneas de outras reformas educacionais promovidas nas grandes capitais brasileiras.

Em seu conjunto, as três reformas empreendidas no Distrito Federal nas décadas de 1920-1930 – a de Carneiro Leão (1922-1926); a de Fernando de Azevedo (1927-1930) e a de Anísio Teixeira (1930-1935) – demonstram que a relação entre o que se idealiza como projeto e os resultados alcançados no âmbito da implementação de políticas públicas depende de variáveis muito complexas, pois que emergem da relação entre campos com lógicas muito particulares.

Tendo em vista tais observações, apresentaremos, inicialmente, uma breve reflexão a respeito da relação entre projeto pedagógico e implementação de políticas educacionais para, em seguida, identificar as linhas centrais das concepções e das políticas dirigidas ao magistério nas três reformas anteriormente identificadas. Ao final, pretendemos tecer algumas considerações a respeito do processo de profissionalização do magistério sob o influxo do movimento da escola nova na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1920-1930.

**As Reformas do Ensino e o Magistério**

Durante a gestão de Alaor Prata na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a pasta da Educação teve à sua frente o pernambucano Antônio de Arruda Carneiro Leão, que promoveu a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, no período 1922-1926.

Considerado um dos expoentes do movimento da Escola Nova, Carneiro Leão deixou registrados em um livro intitulado “O Ensino na Capital do Brasil” (1926), alguns

aspectos marcantes de seu plano de reformas, assim como assinalou as dificuldades e os pontos de atrito que o reformador encontrou em seu percurso. Nesse livro, ele destaca as dificuldades de obtenção de recursos para a plena realização de seu projeto remodelador, reconhece da importância que a qualificação do magistério deveria receber em sua administração, identificando as dificuldades para alcançar tal meta. Registra, ainda, os óbices colocados pela descontinuidade política e administrativa, como veremos a seguir. Ao expressar a sua concepção de escola e discorrer sobre o que ele considerava ser o foco fundamental de um projeto de reforma de cunho modernizador, Carneiro Leão levanta, ainda, as dificuldades postas pela lógica política predominante no Distrito Federal, à época. Disse o reformador:

*Se a escola era outrora apenas um acessório, um suplemento da vida, sendo agora sua essência, deve ser mais dispendiosa, porque a vida tem de ser trazida à vista da criança. ... Assim, a ação imediata deve ser sobre o mestre. Há três anos propugnamos pela reforma do ensino normal que, embora modesto, (por não ser possível aspirar a coisa melhor, por hora, no nosso meio) já corresponderia às nossas necessidades mais urgentes. Infelizmente ainda não a obtivemos do Conselho Municipal. (Carneiro Leão, 1926:45)*

*No Distrito Federal, portanto, em que de 1893 a 1922, em vinte e nove anos tinha havido 26 Diretores de Instrução, quase um por ano, que garantia poderia nos dar uma reforma cujo ponto de apoio fosse exclusivamente a Escola Normal? E se esperássemos por ela para agir, que teria sido feito de nós? (Carneiro Leão, 1926:46)*

A citação indica a ordem de dificuldades que o reformador vinha enfrentando com relação ao apoio político e financeiro dos membros do Conselho Municipal, assim como evidencia a grande rotatividade de diretores que ocuparam a pasta da Instrução Pública no Distrito Federal, quase um por ano, desde 1893 até 1922.

As dificuldades de ordem política, melhor dizendo, as dificuldades de relacionamento com o Conselho Municipal, não estiveram ausentes da agenda de seu sucessor, Fernando de Azevedo. Como demonstramos em trabalho anterior (Xavier e Freire, 2005:56), a Reforma da Instrução Pública levada a efeito por Fernando de Azevedo, advertida ou inadvertidamente, atuou como evento desencadeador de um novo debate em torno da legitimidade da ação política na capital federal. Como um roteiro já previamente determinado, os discursos dos oponentes daquele projeto de Reforma retomaram a polarização em torno de questões como política partidária X administração; clientelismo X racionalização; autonomia X intervenção. O ponto nevrálgico da discórdia entre Fernando de Azevedo e alguns membros do Conselho Municipal foi a demissão dos professores contratados sem concurso público e a negativa do reformador em contratar os professores “apadrinhados” pelos vereadores.

Tal como ocorrera com a administração de Carneiro Leão, também a administração de Fernando de Azevedo pautou-se pela perspectiva de modernizar o ensino, sendo que, diante da postura bem mais agressiva do segundo, a questão da liberação de recursos pelo Conselho Municipal transformou-se em instrumento de pressão e de poder exercido por seus opositores. De fato, várias estratégias para obstruir a votação do Projeto de Reforma apresentado por Fernando de Azevedo foram colocadas em curso e a situação só se resolveu ao final de seu primeiro ano de mandato, em dezembro de 1927, quando o Conselho Municipal aprovou o Projeto de Reforma Educacional, sob forte pressão política, administrativa e financeira.

Verifica-se que a Reforma de Ensino conduzida por Fernando de Azevedo concedeu ênfase à profissionalização do magistério, defendendo fortemente o ingresso na carreira por meio de concurso público. Tal modelo de organização da carreira remete-se ao processo que Nóvoa (1991) identificou como de *funcionarização* do magistério. Os conflitos registrados no curso da Reforma em tela devem-se às estratégias de captação de votos e de *clientes* por parte dos vereadores, assim como às expectativas dos professores que aspiravam o ingresso na carreira por meio da indicação política em confronto com a intransigência do Reformador frente aos pedidos dos representantes políticos (vereadores em sua maioria) envolvidos na clássica troca de favores que marcava a cultura política carioca naquele contexto.

Em virtude das modificações políticas decorrentes da Revolução de 1930, Fernando de Azevedo foi destituído de seu cargo, sendo sucedido, contudo, por outro expoente do movimento renovador, Anísio Teixeira. Convidado pelo Prefeito Pedro Ernesto Batista para assumir o Departamento de Educação do Distrito Federal (RJ), Anísio integrou-se ao programa político do Prefeito, que emprestava forte ênfase aos serviços de saúde e de educação. Inicialmente indicado interventor pelo Governo Vargas, Pedro Ernesto logrou eleger-se Prefeito, em 1934, tornando-se o primeiro Prefeito eleito do Distrito Federal. Nessa condição, ele manteve Anísio Teixeira no Departamento de Educação, garantindo continuidade ao trabalho educacional já iniciado.

A gestão de Anísio Teixeira à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal foi marcada pelo empenho em equipar os órgãos de ensino de uma estrutura administrativa capaz de conciliar uma suposta segurança oferecida pelo planejamento de caráter técnico – isto é, baseado no levantamento e apreciação de dados da situação educacional – com uma proposta pedagógica bastante flexível, visto que estava apoiada na perspectiva experimentalista, típica da filosofia Deweyana, segundo a qual “*a velha escola de*

*ouvir*” deveria ser substituída pela “*nova escola de atividade e de trabalho*”(apud Lessa, 1960:120).

Ao longo de sua gestão (1931-1935), o educador deu andamento à campanha de expansão do ensino primário, além de facultar a articulação entre o ensino técnico profissional e o ensino superior, antes reservado apenas aos que cursassem o ensino secundário. No âmbito do Ensino Superior, ele criou a Universidade do Distrito Federal (UDF) – composta pelas Escolas de Ciências, Economia e Direito, Filosofia e Letras e pelo Instituto de Artes. Outra medida que reflete a ambição de promover a articulação entre os níveis de ensino, remete-se à organização do Instituto de Educação. Na estrutura da UDF, o Instituto de Educação ocupava lugar central, contando com um jardim de infância, uma escola primária e uma escola secundária, ao lado de laboratórios para pesquisas educacionais. Como parte integrante do Instituto de Educação, a Escola de Formação de Professores ocupou-se, também, da formação de especialistas em educação (técnicos) e com o aperfeiçoamento dos professores em exercício.

Merecem registro a organização do Instituto de Pesquisa Educacionais e a criação das *escolas experimentais*, espaços que oportunizaram os estudos sobre as práticas educacionais em curso nas escolas da cidade. Essas medidas indicam a íntima associação entre formação e aperfeiçoamento do professor primário, ao lado de uma política de estímulo ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a educação escolar aliada ao registro e divulgação de experiências pedagógicas relevantes, inclusive com base na publicação de manuais didáticos dirigidos ao professorado.<sup>1</sup>

A Reforma Anísio Teixeira coloca em relevo a implantação de uma série de medidas de *profissionalização* do magistério público da rede de escolas primárias. Como bem observou Ana Waleska Mendonça (2002) a marca particular de Anísio Teixeira na direção da UDF se faria notar, dentre outros aspectos, pela posição estratégica da Escola de Professores — denominação que passa a assumir o Instituto de Educação. Sob a direção de Anísio, o Instituto de Educação tinha como objetivo não só promover a formação do magistério em todos os graus, mas, também, formar um centro de documentação e pesquisa para o

---

<sup>1</sup> Segundo relato de Silveira (1960:203), a publicação *dos programas analíticos – precedidos da orientação metodológica das matérias, acompanhados de sugestões de atividades e de previsão do mínimo a ser obtido em cada série – era uma novidade no meio educacional*. Interessante assinalar, ainda, que os Programas de Ensino publicados pelo Departamento de Educação do Distrito Federal entre 1934-1936 foram reeditados em 1955, quando Anísio Teixeira ocupou o cargo de diretor do INEP. Uma terceira edição dos Guias de Ensino seria obtida com recursos do Programa de Emergência do MEC, em 1962, compondo a chamada *Biblioteca da Professora Brasileira*. Cf: Xavier:2005.

desenvolvimento de estudos sobre temáticas ligadas à educação e ao ensino e, conseqüentemente, para a formação de uma cultura de nível superior no ramo.

Defendendo um modelo de escola que ampliasse ou mantivesse, ao invés de reduzir, o número de séries e o tempo de permanência da criança na escola e visando enriquecer os programas com atividades educativas independentes do ensino propriamente intelectual, ele instituiu as chamadas escolas experimentais. Foram cinco as escolas experimentais criadas pela Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal sob a direção de Anísio Teixeira, a saber: Escola Bárbara Otoni, Escola Manuel Bonfim e as Escolas Argentina, Estados Unidos e México.

Na Escola Bárbara Otoni, o desenvolvimento das atividades ligadas ao *método de projetos* era o ponto central da proposta pedagógica adotada. Ali, a aplicação dos *centros de interesse* constituía uma das regras práticas de organização das classes e do currículo, tendo em vista a participação dos alunos em um conjunto de atividades comuns, de modo a desenvolver a individualidade pela divisão de atividades, segundo os interesses e possibilidades de cada um. Todas as etapas do trabalho eram exaustivamente discutidas pelas crianças, desde a escolha do tema e a opção pela forma de conduzir o estudo até o pleno desenvolvimento do projeto adotado. Interessante observar que a flexibilidade do programa curricular mobilizado pela aplicação do método de projetos não comprometeu a aprendizagem dos conteúdos formais de ensino, a despeito de ser uma metodologia alternativa, ainda pouco explorada nas escolas da rede pública à época. Como nos informa pesquisa realizada com base em relatos orais de atores que participaram dessa experiência, *o corpo discente saía-se muito bem nas testagens de promoção realizadas pela Secretaria de Educação para toda a rede pública de ensino, conforme atesta a direção da escola no relatório* (Cf. Siqueira, Coutinho e Portilho, 2005).

Estudo de Miriam W. Chaves sobre a Escola Argentina esclarece que a mesma tornou-se modelo de escola experimental, estabelecendo um tipo de educação integral que, somado ao sistema administrativo e ao projeto arquitetônico de tipo *Platoon* se tornaria a própria síntese do projeto *anisiano* para o Distrito Federal : *um projeto cujos aspectos administrativos, pedagógicos e arquitetônicos mesclam-se de tal modo entre si que só podem ser compreendidos como parte de uma mesma proposta educacional* (Chaves,2003:119-120).

Segundo a autora, as perspectivas qualitativa e quantitativa também se integravam no funcionamento da Escola Argentina, onde se promoveu a ampliação do tempo de duração das aulas, a introdução de novas disciplinas na grade curricular, além de se reestruturar a ocupação e circulação dos alunos no espaço da escola, de acordo com um Plano de Atividades

que os dirigia para as salas de aula ou para as salas ambientes ou, ainda, para suas instituições escolares como o jornal, o clube literário, a cooperativa e a oficina agrícola, dentre outras. Do ponto de vista quantitativo, a autora acrescenta que a mudança da Escola, em 1935, de um prédio em estilo neocolonial – situado no bairro do Engenho Novo, para um prédio moderno situado no bairro de Vila Isabel e construído em consonância com o Sistema *Platoon* – aprofundou as possibilidades de tornar o ensino mais dinâmico e participativo, ao mesmo tempo em que permitiu a abertura de novas vagas, possibilitadas não só pelo aumento do número de salas construídas, mas, também, pelo uso mais dinâmico e racional do espaço escolar.<sup>2</sup>

O percurso das Escolas Experimentais não foi longo, na medida em que a continuidade desse projeto necessitava da permanência de uma política que o apoiasse ou, na pior das hipóteses, que não considerasse tais escolas negativamente, como focos de divergência do padrão oficial de organização escolar. Após a demissão de Anísio Teixeira da Secretaria Geral de Educação e Cultura, em 1936, foram extintas as Escolas Experimentais. Contudo, a perspectiva experimentalista seria retomada nas décadas de 1950-60, em nível nacional, com a nomeação de Anísio Teixeira para a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep/MEC).

A experiência das escolas experimentais constitui um legado histórico que, ainda hoje, fornece elementos valiosos para repensarmos as políticas atuais de qualificação do magistério, tal como ocorrem na maioria das vezes: descoladas do contexto escolar, fora do controle e participação daqueles que conduzem e exercitam as práticas pedagógicas – os professores.

### **Consideração de ordem geral**

Embora remetida a um contexto situado no tempo e no espaço, a proposta de investigação apresentada pretendeu articular dados e informações, bem como estudos e interpretações que avançam no entendimento de um território definido de estudos. O território de uma história da política educacional abriga diversas motivações (individuais ou coletivas) que se entrecruzam em diferentes instâncias (políticas, administrativas ou institucionais) e se

---

<sup>2</sup> A proposta do sistema *Platoon* incidia sobre o rodízio entre turmas, organizadas em pelotões, que, ao longo da jornada escolar, se deslocavam no espaço da escola, de acordo com as atividades previstas – aula convencional, brincadeiras e exercícios, trabalhos em oficinas, atividades sociais e de expressão no auditório ou atividades externas. Nessas condições, seu espaço e tempo eram reorganizados, aumentando a sua capacidade de matrícula em 40%, assim como o tempo diário de aulas é ampliado em 20%. Cf: Chaves, 2003:118.

configuram de maneira particular em contextos específicos, no caso, o Distrito Federal nos anos 1920-1930.

Ao nosso ver, uma história da política educacional deve procurar expandir sua análise para além do estudo de um projeto específico ou das ações de um único governo. Nessa perspectiva e dando continuidades a nossas investigações, pretendemos estender o recorte temporal do objeto de estudo de modo a ampliar as possibilidades de se produzir uma análise histórica das permanências e regularidades contidas em processos que, à primeira vista, definem-se a partir de rupturas e discontinuidades.

Ao estudarmos a emergência de uma pequena sucessão de políticas voltadas para a organização do ensino na cidade do Rio de Janeiro – as gestões de Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira – estamos investigando, também, as relações entre o poder político e a sociedade, estabelecendo um corte entre as esferas pública e privada, assim como observando as ações Estado em face de uma segmentação da sociedade em setores influenciados por fatores econômicos, técnicos e políticos. Tal estudo implica a observação acerca da manipulação do poder econômico, do poder ideológico e do poder político propriamente dito (Bobbio et al:1991).

Dessa forma, é pertinente buscar articular os impulsos do governo e as iniciativas de diferentes setores da sociedade envolvidos com a questão educacional, considerando, por exemplo, a relativa margem de autonomia dos agentes que atuam na burocracia estatal, a opinião pública veiculada na imprensa e em outros canais de comunicação, além das manifestações, organizadas ou espontâneas, que expressam as respostas da comunidade em relação aos efeitos das políticas públicas de educação.

### **Referências Bibliográficas**

- BOBBIO, N. (1996). *Os Intelectuais e o poder*. São Paulo, UNESP.
- CHAVES, Miriam Waidenfeld (2000). O liberalismo de Anísio Teixeira. In *Cadernos de Pesquisa*, nº 110, pp. 203-211, julho .
- \_\_\_\_\_. (2003). A Educação Integral e o Sistema Platoon; a experimentação de uma nova proposta pedagógica no Distrito Federal nos anos 1930. in *Educação em Foco : História da Educação*. Juiz de Fora, Vol. 7, nº 2, pp.115-126, setembro/fevereiro.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de Ofícios nos primórdios da industrialização*. Brasília, UNESP – FLACSO, 2000.
- LESSA, Gustavo (1960). O pensamento liberal na obra de Anísio Teixeira. In *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, vol. 3, pp.126-130.

- LOURENÇO Filho, M. B. (s/d). *Introdução ao estudo da Escola Nova no Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos (7ª edição).
- MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (2002). *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002.
- NÓVOA, Antonio (1991) . Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In *Teoria e Educação*, nº 4, (pp.109-139).
- \_\_\_\_\_(2000). Os Professores e o “novo” espaço público da educação. In *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Educa, Lisboa, (pp.09-30)
- NUNES, Clarice (2000). *Anísio Teixeira : a Poesia da Ação*. Bragança Paulista, CDAPH / EDUSF.
- PORTO JR., Gilson (org.) (2001). *Anísio Teixeira e a Escola Pública*. Rio Grande do Sul, Editora da Universidade Federal de Pelotas.
- SILVEIRA, Juracy (1960). Alguns aspectos da Reforma Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro. In *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, vol. 3, pp. 191-209.
- SIQUEIRA, S.A; COUTINHO, M.A; PORTILHO, L.R. (2005). História Oral e Educação no Rio de Janeiro: Escola Experimental Bárbara Otoni, um estudo de caso. In *VI Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, Cultura e Poder*. UFJF, CD-Rom.
- XAVIER, Libânia Nacif (1999). *O Brasil como Laboratório: Educação e Ciências Sociais no Projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE/Inep/MEC (1950-1960)*. Bragança Paulista, EDUSF.
- \_\_\_\_\_(2000). “O Espírito Científico e a Sociedade Democrática em Anísio Teixeira. *Especiaria* . Ilhéus – BA. ano III, nº 5, pp.83-110, jul./dez.
- \_\_\_\_\_(2005). *Espaço Anísio Teixeira: referência para a pesquisa educacional no Brasil*. CD-Rom, Rio de Janeiro, FUJB-Proedes/UFRJ-IBAP.
- XAVIER, L.N. e FREIRE, Américo (2005). Consenso e Conflito: Fernando de Azevedo e a Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (1927-1930), in SENTO SÉ, João Trajano e PAIVA, Vanilda (orgs.). *Pensamento Social Brasileiro*. São Paulo, Cortez. pp. 45-67.